



Departamento Administração Geral

Divisão de Logística e Gestão Patrimonial

Gabinete de Aprovisionamento

Programa do Procedimento

Serviço de Seguros Diversos Ramos

Concurso Público

17/CP/CMM/2025

Programa do Procedimento

Parte I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Identificação e Objeto do Procedimento

1. Concurso Público ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviços de seguros para diversos ramos, pelo período de 12 meses, de acordo com as quantidades e características definidas no caderno de encargos.
3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os contratos públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação: 66510000-8: Serviço de Seguros.

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município da Moita, com sede no edifício dos Paços do Concelho, na Praça da República, 2860-007 Moita. Contactos: tel. 21 280 67 00, Fax: 21 289 03 25 e endereço de correio eletrónico: gab.aprovisionamento@cm-moita.pt

Cláusula 3.ª

Órgão que Tomou a Decisão de Contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal, através da Proposta n.º 240/XIII/2025, aprovada em Reunião de Câmara de 21/07/2025.

2. Tendo escolhido o concurso publico com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º, do CCP, conjugado com a alínea a) do artigo 20.º, deste diploma e cuja tramitação procedimental se encontra regulada nos artigos 131.º e seguintes, do mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

O órgão com competência para prestar esclarecimentos, no âmbito do artigo 50.º, do CCP, é o júri do procedimento, designado nos termos do artigo 67.º, do CCP nomeado para o efeito e com competências delegadas pela Câmara Municipal, através da proposta referida no n.º 1 da cláusula 3.ª, que deu origem ao presente procedimento.

Cláusula 5.ª

Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos por escrito relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, e apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, por escrito, através da plataforma de contratação pública “AcinGov”, através do endereço <https://www.acingov.pt>, utilizada pelo Município, durante o primeiro terço do prazo fixado no n.º 2, da cláusula 10.ª, do presente documento.
2. Os esclarecimentos solicitados no âmbito do número anterior serão prestados pelo júri do procedimento por escrito até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 2, da cláusula 10.ª, do presente documento.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado até ao termo do prazo fixado no n.º 2, da cláusula 10.ª, do presente documento, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, nos termos previstos no artigo 50.º do CCP.
4. Quando o prazo fixado para apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado no n.º 2, da cláusula 10.ª, do presente documento, deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
6. Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do caderno de encargos, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado no n.º 2, da cláusula 10.ª, do presente documento deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
7. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente

para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados.

8. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, serão disponibilizados na plataforma de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta.

Cláusula 6.ª

Documentos de Habilitação

1. Ao adjudicatário ser-lhe-á solicitado os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II a este Programa de Procedimento;
 - b) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (Certificado emitido pela entidade competente);
 - c) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (Certificado emitido pela entidade competente);
 - d) Documento comprovativo em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, (Certificado de Registo Criminal da pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, certificado de registo criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais);
 - e) Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo;
 - f) Indicação do interlocutor responsável pelo contrato a celebrar, o qual devesse indicar o nome e os contactos: endereço de email e telefone.
 - g) Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar;
 - h) Certidão do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - i) Indicação do número do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e do número de identificação fiscal de quem outorga o contrato, devendo os mencionados documentos serem exibidos no momento da outorga;
 - j) No caso de o preço global proposto na proposta adjudicada determinar a sujeição do contrato a celebrar a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o adjudicatário deve ainda apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos termos previstos no n.º 9

do artigo 81.º do CCP.

2. O prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, da reprodução dos documentos de habilitação será de 5 dias úteis, após notificação da decisão de adjudicação.
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 dias úteis.
5. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
7. A não apresentação dos documentos de habilitação, por motivo que seja imputável ao adjudicatário, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Cláusula 7.ª

Caducidade da Adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação dentro do prazo e nos termos da cláusula anterior.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do presente artigo, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas no CCP ou resultantes de outra legislação aplicável, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que

inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.

5. Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas nos números anteriores respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 8.ª

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no procedimento de formação do contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes ou integrar agrupamentos as entidades, as empresas de Seguros legalmente habilitadas ao exercício da atividade Seguradora, nos termos do artigo 3.º e definidas na alínea a) do artigo 5º, do Anexo I, aprovado pelo Artigo 2.º da Lei 147/2015, de 9 de setembro, e que não se encontrem em qualquer das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP.
3. É permitida a apresentação de propostas a agrupamento de pessoas singulares ou coletivos, nos termos do artigo 54.º do CCP.
4. Podem igualmente ser concorrentes, agrupamentos de pessoas coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todos os membros do Agrupamento sejam titulares da habilitação prevista no ponto 1 da presente cláusula.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: consórcio externo de responsabilidade solidária ou agrupamento complementar de empresas, devendo os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP, ser apresentados por todos os seus membros.
6. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

Parte II

Propostas

Cláusula 9.ª

Proposta

1. Na proposta, o concorrente manifesta ao Município da Moita a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2. São admitidas propostas para todos ou alguns dos lotes, devendo, contudo, sob pena de exclusão, contemplar a totalidade dos riscos integrados em cada lote, objeto do procedimento.
3. A proposta do concorrente deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
4. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, e que constitui o Anexo I, ao presente programa de procedimentos.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento.
6. Declaração de preço contratual (Minuta anexo A - proposta anual e de preço total) que deve fazer-se acompanhar de:
 - i) Lista de preços unitários por apólice, detalhando, quando aplicável, o valor da taxa comercial a aplicar, discriminando todos os encargos que contribuem para a formação do respetivo prémio de acordo com o definido no Caderno de Encargos e condições técnicas;
 - ii) Prémio total unitário por período previsto no caderno de encargos, para apólices de Acidentes de Trabalho -Beneficiários de Medidas de Apoio ao Emprego - IEFEP;
 - iii) Prémio total unitário, por pessoa segura nas apólices de Acidentes Pessoais Bombeiros e Acidentes Pessoais - Voluntários (membros CPCJ);
7. Mapa detalhado de prémios por viatura, referente à apólice de frota automóvel, em ficheiros de extensão.PDF e XLS;
8. Condições gerais das apólices;
9. Certidão permanente ou o respetivo código de acesso.
10. A proposta de preço anual e total para a apólice Acidentes de Trabalho-Beneficiários de Medidas de Apoio ao Emprego – IEFEP, deverá ter por referência o nº de pessoas indicadas nas Condições Técnicas do CE e para períodos de 12 meses, informação que é considerada, apenas, para efeitos aplicação do critério de adjudicação e determinação do preço contratual.
11. Igualmente para efeitos de aplicação do critério de adjudicação, o preço contratual a propor deve respeitar a anuidades completas, sendo para posterior efeito de execução e pagamento, efetuado o respetivo cálculo proporcional para o período efetivamente executado, na primeira anuidade.
12. Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
13. Os documentos da proposta identificados nos números 2 e 4 do presente artigo, devem ser assinados pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar, devendo, sempre que seja assinada por procurador, ser junta procuração que confira a este último, poderes para o efeito.
14. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados nos termos dos artigos 54.º e 68.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais;
15. Os documentos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de

assinatura eletrônica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete na plataforma.

16. Os documentos que originariamente não se encontre assinados com recurso a certificado qualificado pela entidade emitente ou que sejam cópias eletrônicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrônica, de quem os submete na plataforma, atestando a sua conformidade com o documento original;
17. Nos documentos eletrônicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, a aposição de uma assinatura eletrônica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrônicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376º do Código Civil e do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 290-D/99, de 02 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 88/2009, de 9 de agosto, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do nº 2 do artigo 146º do CCP;
18. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a concorrente submeter à plataforma eletrônica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
19. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos da proposta identificados nos números 2 e 4 do presente artigo devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
20. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de máquina, se for datilografada ou processada informaticamente.
21. Se pela sua natureza ou origem os documentos que não possam ser redigidos em língua portuguesa terão que fazer-se acompanhar de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
22. A Proposta apresentada pelo concorrente é considerada como totalmente incondicionada, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de Encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem da mesma Proposta ou de outros documentos que a acompanhem.
23. Não é admissível a apresentação de Proposta variante.
24. É Proposta variante a que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas às admitidas pelo caderno de encargos
25. A não apresentação de todos os documentos exigidos neste artigo, nas condições nele expressas, implica a exclusão da proposta.

Cláusula 10.^a

Disponibilização das Peças e Apresentação de Propostas

1. As peças do procedimento serão disponibilizadas na plataforma de contratação pública, utilizada pelo Município da Moita, a partir da data do envio do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).
2. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, **até às 23:59 horas do 30.º dia** a contar da data do envio do anúncio para publicação Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).
3. As propostas devem ser entregues através da plataforma eletrónica utilizada para o efeito no site: <https://www.acingov.pt> e assinadas eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada emitidos por entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.
4. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
5. A decisão de prorrogação nos termos do disposto no número anterior compete ao órgão competente para a decisão de contratar, e será junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 130.º e n.º 1 a 3 do artigo 131.º, ambos do CCP.
6. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, os prazos para apresentação da Proposta são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 11.^a

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Cláusula 12.^a

Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 13.^a

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator por lote, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

2. As propostas serão ordenadas, por lote, por ordem crescente, por comparação direta, do mais baixo para o mais alto preço.
3. Em caso de igualdade de preço contratual, constituem, sucessivamente, critérios de desempate:
 - 1.º - A proposta que apresente o preço mais baixo na apólice de Acidentes de Trabalho;
 - 2.º - A proposta que apresente o preço mais baixo na apólice de Frota Automóvel;
 - 3.º - A proposta que apresente o preço mais baixo na apólice de Multirriscos Patrimoniais.
4. Se da aplicação sequencial dos critérios acima referidos se mantiver a situação de empate, bem como nos Lotes 2 e 3, o desempate será efetuado por recurso a um sorteio conduzido pelo júri na presença dos representantes das propostas concorrentes em situação de empate, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 dias úteis, por aviso emitido através da plataforma eletrónica.
5. O sorteio efetuar-se-á com recurso a saco opaco, onde serão depositados subscritos com a identificação das propostas em situação de empate (por lote). O primeiro extraído corresponderá à proposta vencedora, sendo, se for o caso, ordenadas as demais propostas de acordo com a ordem da sua extração.
6. Do sorteio será efetuada ata assinada por todos os nele intervenientes.

Cláusula 14.ª

Retirada da Proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo.

Cláusula 15.ª

Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas

1. O júri no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pelo Município da Moita, procedendo-se à abertura eletrónica das propostas apresentadas pela mesma via.
2. Aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida, de todas as propostas apresentadas.

Cláusula 16.ª

Concorrentes Não Incluídos na Lista

O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

Análise das Propostas

Cláusula 17.^a

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições, nos termos do n.º 1 do Artigo 70.º do CCP.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a. Que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos, respetivamente, do disposto nas alíneas b) e d) do n.º 1 do Artigo 57.º do CCP;
 - b. Que apresentem algum dos atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetido à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 a 12 do Artigo 49.º, do CCP;
 - c. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d. Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no n.º 5;
 - e. Um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo seguinte;
 - f. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - g. A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
3. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea f) do n.º 2, bem como a existência de indícios de práticas restritivas da concorrência, ainda que não tenham dado origem à exclusão da proposta, devem ser comunicadas à Autoridade da Concorrência.
4. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea f) do n.º 2, devido ao facto do operador económico ter obtido um auxílio estatal e não puder provar que o mesmo é compatível com o mercado interno na aceção do Artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, deve ser comunicada à Autoridade da Concorrência e, quando o anúncio do respetivo procedimento tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, também à Comissão Europeia.
5. No caso de concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea e) do n.º 2 e cujo preço não exceda em mais

de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que:

- a. Essa possibilidade se encontre prevista no programa do procedimento e na modalidade do critério de adjudicação seja a referida na alínea a) do n.º 1 do Artigo 74.º;
- b. O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do Artigo 47.º;
- c. A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço.

Cláusula 18.ª

Esclarecimentos sobre as Propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos da Cláusula 17.º, número dois, segundo o disposto na alínea a) do n.º 2 do Artigo 70.º.
3. O júri deve solicitar aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da Proposta ou candidatura, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos números 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica usada pelo Município da Moita, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Cláusula 19.ª

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação definido na cláusula 13.ª do presente Programa do Procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes de acordo com a cláusula anterior.

Cláusula 20.ª

Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar referido na cláusula anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Cláusula 21.ª

Relatório Final

1. Cumprido o prazo de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos na cláusula anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Parte IV

Adjudicação

Cláusula 22.ª

Notificação da Decisão de Adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação.
2. Os concorrentes devem ser notificados da decisão de adjudicação até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

3. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
4. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
5. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa do Procedimento;
 - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato;
 - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
6. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas e da minuta do contrato.

Cláusula 23.ª

Causas de não Adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
3. No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
4. Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.
5. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Parte V

Caução

Cláusula 24.^a

Caução para Garantir o Cumprimento de Obrigações

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar caução no valor de 5% do montante total do Contrato, com exclusão do IVA, se o presente procedimento exceder 500.000,00 €.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação prevista no n.º 2, do Artigo 77.º, devendo comprovar a sua prestação no dia imediatamente subsequente.
3. A caução deverá ser efetuada de acordo com o modelo constante dos anexos III ou IV do CCP.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário, nos termos do n.º 9 do Artigo 90.º do CCP.
5. A não prestação da caução, por facto imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação, passando a mesma para a proposta ordenada no lugar subsequente, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do Artigo 91.º do CCP.

Parte VI

Celebração do Contrato

Cláusula 25.^a

Aceitação da Minuta do Contrato

O adjudicatário é notificado da minuta do contrato, e se houver lugar dos ajustamentos propostos, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 26.^a

Reclamação da Minuta do Contrato

1. São admissíveis as reclamações da minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os

concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Cláusula 27.ª

Outorga de Contrato Escrito

1. O contrato deve ser outorgado no prazo de 30 dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato ou no caso de assinatura por meios eletrónicos o prazo para outorga e remessa do contrato.
3. Se o adjudicatário não comparecer para a outorga do contrato, não remeter o contrato assinado eletronicamente ou no caso de ser um agrupamento os seus membros não se terem associado, a adjudicação caduca e o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
4. Se o Município da Moita, por facto que lhe seja imputável, não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução que haja sido prestada, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

Parte VII

Disposições finais

Cláusula 28.ª

Possibilidade de Adoção de Ajuste Direto

O Município da Moita poderá proceder à adoção de um ajuste direto, quando verificados os termos estabelecidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º do CCP.

Cláusula 29.ª

Legislação Aplicável

1. Em tudo o não especificado no presente Programa de Procedimento aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes do CCP.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no diploma referido aplica-se a legislação nacional e comunitária, designadamente o Código de Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

Cláusula 30.^a

Apoio Técnico Referente à Plataforma Eletrónica

1. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no site <https://www.acingov.pt>.
2. Encontra-se disponível, no site referido no número anterior, um manual de utilização da plataforma eletrónica destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

Minuta de proposta

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do processo de concurso a que se refere o anúncio do Município da Moita datado de de de 2025, declara que se obriga a executar a prestação do serviço de seguros, em conformidade com o Programa de Concurso e o Caderno de encargos e demais documentação patenteada, nos seguintes termos:

LOTE 1:	1.ª Anuidade
Seguro de Acidentes de Trabalho	
Seguro de Acidentes de Trabalho – IEFP	
Seguro Acidentes Pessoais Autarcas	
Seguro de Acidentes Pessoais Utentes de Instalações	
Seguro de Acidentes Pessoais – Participantes em Atividades Temporárias (desportivas, recreativas e culturais)	
Seguro de Acidentes Pessoais Voluntariado - Membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ	
Seguro de Multirriscos Patrimoniais	
Seguro de Responsabilidade Civil Autarquia	
Seguro de Responsabilidade Civil – Aplicação de produtos Fitofarmacêuticos	
Seguros Bens em Leasing	
Seguro de Máquinas Casco	
Seguro de Embarcações	
Total	
LOTE 2	1.ª anuidade
Seguro de Responsabilidade Civil DRONES	
Total	
LOTE 3	1.ª anuidade
Seguro de Exposições	
Total	
LOTE 4	1.ª anuidade
Seguro de Acidentes Pessoais Bombeiros	
Total	
LOTE 5	1.ª anuidade
Seguro Frota Automóvel	
Total	
TOTAL	

Lote 1 - pelo Preço Total de Euros _____(extenso_____) de acordo com proposta de preços e encargos detalhados por apólice apresentada.

Lote 2 - pelo Preço de Euros _____(extenso_____) de acordo com a proposta de preços e encargos detalhados por apólice apresentada.

Lote 3 - pelo Preço de Euros _____(extenso_____) de acordo com a proposta de preços e encargos detalhados por apólice apresentada.

Lote 4 - pelo Preço de Euros _____(extenso_____) de acordo com a proposta de preços e encargos detalhados por apólice apresentada.

Lote 5 - pelo Preço de Euros _____(extenso_____) de acordo com a proposta de preços e encargos detalhados por apólice apresentada.

Mais declara que renúncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

DATA E ASSINATURA

ANEXO I

Documento Europeu de Contratação Pública
(disponibilizado em ficheiro autónomo)

ANEXO II

Modelo de declaração
[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local),... (data)

[assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(5) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º

ANEXO III

Modelo de guia de depósito bancário

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.º (s) 6, 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]